

Brasil assina o acordo para lançar bônus

por Celso Pinto
de Londres

A expectativa de que o Brasil assinasse amanhã, dia 10, em Toronto, o acordo que permitirá o lançamento dos bônus relativos aos juros atrasados de 1989 e 1990 animou o mercado financeiro internacional. Os títulos deverão ir para o mercado trinta dias depois da assinatura.

Serão algo em torno de US\$ 6,5 bilhões em bônus equivalentes a 75% dos juros atrasados entre junho de 1989 e dezembro de 1990, mais juros de mora. Os outros 25%, ou US\$ 2 bilhões, foram pagos em dinheiro quando o Brasil completou as negociações sobre os atrasados, ainda sob o comando de Jório Dauster.

A rigor, a única condicionalidade para a emissão dos bônus dos juros atrasados era o Brasil completar um acordo em princípio com os bancos credores para toda a dívida, o que aconteceu no último dia 9 de julho. Desde então, houve apenas um trabalho técnico do comitê de bancos para conferir junto aos bancos credores a documentação e o volume dos atrasados. Na papelada enviada aos bancos está prevista a assinatura do acor-

do no dia 10 de setembro em Toronto.

Esses bônus de juros atrasados, conhecidos no mercado pela sigla em inglês IDU ("interest due unpaid", juros devidos não pagos), vêm sendo negociados desde que o acordo sobre os atrasados foi concluído e se transformaram numa das melhores opções do mercado.

Uma das grandes vantagens desses bônus é sua maturação: sua vida média é de apenas 6,2 anos, muito menos do que o prazo previsto para os papéis envolvidos no Plano Brady, e pouco mais do que a maturação dos bônus mais recentes lançados por empresas brasileiras.

(Continua na página 16)

O anúncio do voto aberto na Câmara dos Deputados para examinar o pedido de "impeachment" do presidente Collor impulsionou, ontem, a cotação do principal título da dívida externa do Brasil, MYDFA. O papel subiu a 31,375 centavos por dólar após a notícia, com alta de 1 centavo sobre a cotação da véspera na Europa. O movimento chegou a cerca de US\$ 350 milhões.

(Ver página 16)

MERCADO SECUNDÁRIO

Brasil assina o acordo para...

por Celso Pinto
de Londres
(Continuação da 1ª página)

O Brasil sempre honrou seus bônus lançados no mercado internacional, mesmo durante todo o período da crise da dívida externa, iniciada em 1983.

Apesar de sua emissão ter-se tornado certa desde a conclusão do acordo em princípio com os bancos, a cotação dos IDU não reagiu muito no mercado. Pode-se comprar o IDU de duas formas: com pagamento imediato ou pagável apenas "quando e se" os papéis forem emitidos. Os papéis vendidos na base do "quando e se" estão cotados em torno de 67,50 centavos por dólar. Os pagáveis imediatamente estavam cotados ontem a 64 centavos por dólar.

A esta cotação de 64 centavos, os IDU rendem 17,75% ao ano se mantidos até o vencimento. Trata-se, seguramente, do maior rendimento disponível no mercado para papéis de países endividados de renda média. A este nível, o rendimento é 1.215 pontos básicos de percentagem su-

perior ao rendimento do título do Tesouro americano de prazo equivalente.

Para se ter um parâmetro de comparação, bônus de empresas brasileiras de cinco anos de prazo estão sendo negociados a pouco mais de 500 pontos acima dos papéis do Tesouro. Papéis da estatal mexicana Pemex, com vencimento em outubro de 1998, estão sendo negociados a 255 pontos acima do Tesouro.

RISCO IDÊNTICO A OUTROS BÔNUS

Desde que os IDU sejam emitidos, o que deverá acontecer dentro de um mês, seu risco será idêntico ao de outros bônus brasileiros, mas com o dobro ou mais de rentabilidade, além de um potencial de ganho de capital se o papel se valorizar. Alguns banqueiros consideram a situação dos IDU como o mais forte exemplo de como a crise política brasileira levou a uma subvalorização excessiva de seus títulos.

A perspectiva da assinatura dos IDU ajudou a elevar a cotação da dívida an-

tiga brasileira (MYDFA) no mercado secundário. Depois de ter fechado em 29,875 centavos por dólar na sexta-feira e 30,25 centavos na segunda-feira, o MYDFA era negociado em Londres, no final do dia, a algo entre 30,875 e 31,125 centavos por dólar. O volume, contudo, foi pequeno, calculado por alguns banqueiros em pouco mais de US\$ 100 milhões.

Outros fatores ajudaram a cotação da dívida brasileira. Existe a expectativa de que o "term sheet" do acordo do Brasil com os bancos credores esteja pronto nos próximos dias. O mercado está otimista com a possibilidade de que o "term sheet" seja aprovado, num prazo relativamente curto, pelo Senado brasileiro.

Outro fator positivo citado por banqueiros é a confirmação da presença do ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, na reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), no final deste mês, em Washington. Embora o ministro já tenha dito que não renegociará o acordo com o Fundo até que a cri-

se política esteja resolvida, há uma esperança de que nos contatos com o FMI os governos dos países credores e os bancos internacionais em Washington avancem algo em direção à conclusão do acordo com os bancos.

APROVAÇÃO DO "TERM SHEET"

É bom lembrar, contudo, que, mesmo depois de uma eventual aprovação do "term sheet", é preciso que o acordo seja assinado por todos os bancos credores, o que levará vários meses. Se, nesse período, o acordo do Brasil com o Fundo naufragar, deverá haver resistência dos bancos privados em levar adiante o acerto com o Brasil.

Tecnicamente, é possível que ele aconteça, mesmo nesta circunstância, caso o Brasil aceite usar parte de suas reservas para cobrir as garantias que caberiam às instituições multilaterais. Do ponto de vista dos bancos, contudo, esse seria um precedente pouco palatável, politicamente (ver matéria de acerto externo na página 16).